

Milagres e seus autores

IGNÁCIO M. RANGEL

A história é, muitas vezes, injusta. Tanto as vacas gordas, como as vacas magras, costumam ser atribuídas ao timoneiro de plantão na nau do Estado, quando um estudo mais cuidadoso poderia provar que eles apenas tiveram a felicidade —ou a desgraça— de segurar o leme num momento em que as coisas feitas por pessoas que já passaram, isto é, sementes plantadas por outras mãos, começam a produzir seus frutos opimos ou podres. Ora, a coisa se complica ainda mais se considerarmos que os resultados desse labor passado —bons ou maus— nem sempre, ou raramente, estavam nas intenções dos seus autores. A história econômica do Brasil oferece-nos disso alguns exemplos antológicos. Recordemos alguns deles:

Em 1953, estando o Brasil imerso numa crise profunda —que mataria o presidente, no ano seguinte—, havia muita gente ilustre explicando dita crise por um fantasmagórico superaquecimento, o qual devia ser remediado por uma muito oportuna “pausa para respirar”. Ora, como o suposto superaquecimento era explicado pelo excessivo barateamento dos bens de produção importados —nas condições do câmbio congelado havia um decênio a um nível próximo do dólar de 18,70—, para desaquecer a economia recomendava-se a desvalorização de nossa moeda, isto é, o encarecimento do dólar.

A coisa parecia óbvia: os bens de equipamento seriam encarecidos, os

investimentos seriam desestimulados e ... pronto, estava feita a inefável “pausa para respirar”. Apenas, para tornar mais palatável a operação de desvalorização da moeda, foi proposto um engenhoso mecanismo —os leilões de câmbio— que resultava no estabelecimento do sistema de taxas múltiplas de câmbio. Em média, a moeda nacional se desvalorizava e era isso o que importava. “Quod erat demonstrandum”.

Não passava, nem pela cabeça de Osvaldo Aranha, nem pela do seu inspirador ilustre, Eugênio Gudín, que aquela “pequena diferença” —a separação entre os tipos de câmbio médio e os específicos—, longe de resfriar a economia, a reaqueceria, e que o Programa de Metas de Juscelino estava, todo inteiro, na Reforma Aranha de outubro de 1953. O sistema de taxas múltiplas de câmbio calçava-nos uma bota de sete léguas para a viagem no sentido da implantação de parcelas decisivas da indústria pesada, dando-nos, de passagem, os “cinquenta anos em cinco”, de Juscelino, em vez da “pausa para respirar”, de Osvaldo Aranha. E Gudín passava à história como o sumo sacerdote da religião do estagnacionismo, cabendo a tiara correspondente à religião do desenvolvimento a Juscelino.

Nos anos sessenta tivemos outra crise —regularmente, pontualmente. O sapato chinês da Lei de Usura, que vinha dos anos trinta, numa época que não se repetiria, até março deste

ano de 1986, e fugazmente, em que os preços haviam estado em declínio, apertava-nos os pés. Nas condições de uma inflação várias vezes maior do que a taxa de juros que a Lei de Usura permitia cobrar, tínhamos que vender geladeiras, automóveis, apartamentos, isto é, bens cada vez mais duráveis. O empresariado nacional, que não dorme de touca, aplicou-se a contornar esse cavalo de frisa, como se diz em gíria militar: letras de câmbio vendidas com descontos que eram juros virtuais, consórcios para a compra de automóveis, em condições de implícita correção monetária “específica” etc. Mas no caso dos imóveis, em que os prazos e as condições de garantia se complicam, esses expedientes se revelavam inoperantes.

A hipoteca, em especial, converteu-se num escárneo. Os apartamentos comprados eram deixados em garantia de uma dívida cujo saldo devedor devia crescer, em termos reais, dado que a taxa de juros que era permitido cobrar não cobria a desvalorização da moeda, mas que, por força de lei, tinha que permanecer constante, em termos nominais. Passados poucos anos não havia mais relação pesquisável entre o valor do bem deixado em hipoteca, e o valor do saldo devedor: fosse em termos nominais, fosse em termos reais.

O que depois chamamos de correção monetária —e que então denominávamos pela expressão francesa de “échele mobile”— estava na ordem

natural das coisas, e o fizemos. Não por sugestão da esquerda —então, como agora, a propósito da privatização dos serviços de utilidade pública, equivocada. Mas por iniciativa da direita, nossa excelente direita, depois do golpe de 1964 e sob a rubrica do prof. Otávio Gouveia de Bulhões. Este passaria os subsequentes vinte anos penitenciando-se desse brilhante “pecado”, sem o qual não teríamos tido, nem o milagre do Delfim, nem o do Geisel. E a ninguém ocorreria chamar esses períodos eufóricos de milagre do Bulhões, como seria de razão.

Naquele tempo, coube a Delfim Netto administrar uma prosperidade que, na medida em que não foi uma reação espontânea do sistema, deveu-se à ação de outro ilustre homem de Estado. Não foi pequeno o seu mérito, mas a verdade deve ser dita.

Agora, quando estamos vivendo um novo milagre —que passará à história como o milagre do Sarney, a menos que alguém se lembre do brilhante desempenho do ministro Funaro—, propendemos a esquecer que, quando Delfim passou o leme a outras mãos mais felizes, não apenas as pré-condições para a euforia já estavam criadas, como a própria recuperação já havia começado. Não há força de expressão que a subordine à Nova República e, menos ainda, ao Plano Cruzado.

IGNÁCIO M. RANGEL, 71, economista e graduado em Direito, foi presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e é autor do livro “A inflação brasileira”.